

SESSÕES DO PLENÁRIO

50ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de maio de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Vando comunicando que, por ter acompanhado o Prefeito de Cansanção, Sr. Ranulfo da Silva Gomes, em viagem a Brasília-DF, esteve ausente na Sessão de votação do dia 17/03/2015.

Do Deputado Rosemberg Pinto comunicando que, devido a compromissos

assumidos no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 08/04/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, dê-me mais um minuto porque tenho seis assuntos para falar. Assim fica um minuto para cada assunto.

Quero registrar a realização de uma audiência pública, ontem, sobre o dia 18 de maio. Todos sabem que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração contra Crianças e Adolescentes. Fiquei muito satisfeita com a presença das autoridades que têm núcleos sobre essa questão em suas instituições, como o Ministério Público, o juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, os Conselhos, a Comissão da OAB, o Waldemar Oliveira, do Cedeca, o representante do governador e do secretário Geraldo Reis e a defensora pública.

Foi uma audiência bastante representativa. Fizemos questão de realizar este debate para que esse dia não seja esquecido. Todos sabem que os crimes de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes têm registrado altos índices no Brasil e em nosso Estado. Segundo instituições, são mais de 100 mil por ano.

Precisamos fazer este debate. Inclusive faço um apelo até a Oposição para nos ajudar nessa campanha, que precisa ser revitalizada. A própria cantora Ivete Sangalo empresta a sua imagem sem cobrar nada do Ministério Público.

À tarde participamos de um seminário muito interessante lá no MP, e algumas instituições solicitaram que eu apresentasse proposições. Meus assessores estão estudando o assunto para que realmente, deputada Ivana Bastos, façamos com que esses índices diminuam. A violência, a exploração e o abuso sexuais contra crianças e adolescentes são crimes silenciosos, invisíveis, mas reais. Têm levado a infelicidade para muitas crianças e muitos jovens da nossa Bahia e do Brasil. São também crimes que deixam marcas para o resto da vida. Portanto, precisamos cuidar do tratamento das vítimas e das denúncias contra os criminosos.

Quero ainda registrar e pedir aplausos para o governador Rui Costa por autorizar a Defensoria Pública a nomear os 14 ou 15 defensores aprovados no concurso de 2010. Sabemos que a Justiça no Brasil é cara, e a nomeação desses defensores vai ajudar, principalmente, os segmentos da sociedade que não têm fácil acesso ao Judiciário.

O próximo assunto diz respeito ao caso do procurador Almiro Sena, que foi apresentado no Fantástico. Acho importante que a Justiça da Bahia tenha essa posição, porque esse caso chocou o nosso Estado e não podia ficar impune, como estava acontecendo, com o adiamento do julgamento.

Agora é com muita alegria que registro o lançamento do livro do poeta Nelson Maca, “A Gramática da Ira”, que aconteceu na quinta-feira passada, no Espaço

Cultural da Barroquinha. Peço inclusive aos meus pares que o leiam. Para quem faz a defesa do negro e combate o racismo, é importante conhecer o trabalho do professor da UFBA Nelson Maca. Ele usa a poesia para revelar a sua indignação contra o racismo e a discriminação aos negros, herança que nós tivemos da escravidão. Depois daquele dia 13 de maio, jogaram os nossos negros aí sem nenhum apoio, sem nenhuma política pública para incluí-los como cidadãos.

Então, fiquei realmente emocionada e comprei alguns livros para a família, pois todo mundo lá nos ajuda nesse debate contra o racismo, até porque tenho quatro filhos adotados, todos negros.

Queria pedir aos meus pares - o livro já está sendo vendido em algumas livrarias - que a gente também... Acabou o meu tempo. Só quero pedir a assinatura do nosso documento contra a PEC 215, que quer fazer alteração na questão dos índios. A deputada Ivana, eu tenho certeza que vai assinar. (Risos!)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Ivana Bastos, quero aqui - o que não é novidade para a Bahia - elogiar um senador do nosso PSD, o nosso Otto Alencar, que está tendo posições firmes lá no Senado Federal, que tanto está precisando de homens com coragem. Ele meteu a mão agora no vespeiro, na máfia da Receita Federal, deputado Adolfo Viana. No CARF, aquele Conselho. Claro, com todo o respeito a praticamente 99% dos funcionários da Receita, um órgão importante no nosso País e que tantos serviços tem prestado.

Mas infelizmente esse Conselho agiu como se fosse um tribunal para julgar as multas impostas a grandes empresas deste Brasil - Bradesco, Itaú, Camargo Corrêa, Rede Globo - que já totalizam, deputada Maria del Carmen, mais de 200 bilhões! E os conselheiros - claro, nem todos envolvidos, deputado Carlos Geilson - na maracutaia ganhando dinheiro, vendendo tráfico de influência para diminuir ou perdoar essas multas bilionárias.

E o senador Otto Alencar, conforme hoje o próprio jornal diz, não se intimidou, não recebeu as audiências solicitadas por quatro dessas grandes empresas e criou uma CPI, junto com outros senadores, para ver se alguém vai para a cadeia, porque já são mais de 19 bilhões o prejuízo para o Brasil! Só o descoberto! Já é muito mais do que o escândalo da Petrobras! Dezenove bilhões na Receita Federal, no Conselho. A imprensa noticiou que ele, o "tribunal", estabelecia as multas e as empresas grandes que as tomavam iam lá se defender. E os conselheiros na trambicagem, pra variar, com escritórios de advocacia fazendo vista grossa para receber milhões.

Mas ninguém está falando mais nisso! A grande imprensa, principalmente! Nós não vemos ninguém falar mais sobre isso. Dezenove bilhões o escândalo! Bilhões! Não são milhões, não! São bilhões! Milhões é coisa de Prefeitura mais pobre da

Bahia. Milhões?! Nós estamos falando é de bilhões, deputada Maria del Carmen! Lá em Brasília não se fala mais em milhões, não! São bilhões! E daqui para a frente serão trilhões, quem sabe?

Infelizmente esta é a situação em que o senador Otto Alencar está jogando duro - não é surpresa - para ver se alguém vai para a cadeia. Como esses conselheiros que tanta trambicagem, deputado Luciano, têm feito. Estavam fazendo, mas foram descobertos na Operação Zelotes, salvo engano. Então, o senador conseguiu junto com outros colegas abrir a CPI. Vamos ver no final o que acontece.

É desses senadores, é desses políticos que o País está precisando. É de gente assim, que não fique calada, que o Brasil precisa, porque todos sabem como funciona, todos sabem quais são os esquemas. Podem não saber como funcionam na íntegra.

Em pouco tempo no Senado Federal, lá em Brasília, o senador Otto Alencar está mostrando por que mereceu que o povo da Bahia o colocasse naquela Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde, Srs. Deputados e Deputadas.

Vim falar sobre o concurso público feito pelo governo do Estado para o cargo de delegado.

Antes, quero corroborar o discurso do deputado Adolfo Menezes. O senador Otto Alencar, sem dúvida alguma, é um homem com boas intenções. Há um tempo, foi noticiado que ele havia conseguido 180 milhões de reais para a revitalização do Rio São Francisco. Entretanto, no início da semana - como o nosso Líder, deputado Sandro Régis, falou aqui no Plenário -, houve a notícia do corte de 80 bilhões de reais no Orçamento deste ano pela presidente Dilma. Então, a boa intenção do senador fica comprometida por conta do governo do PT, que está pagando pelos próprios erros do primeiro mandato da presidente.

Falarei, como disse, sobre o concurso realizado no ano de 2013 para delegado, escrivão e outros cargos pelo governo da Bahia. Venho relatar alguns argumentos da comissão feita pelos estudantes que passaram. Por que trago este tema? Porque tenho certeza que as áreas da Saúde e Segurança Pública são prioritárias para o governo Rui Costa. Sou oposição, mas faço-a com propostas no intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos baianos.

No aludido concurso de 11 de janeiro daquele ano, publicou-se que foram ofertadas apenas 100 vagas para delegado, 400 para investigador e mais 100 para escrivão de polícia. O concurso foi feito, e as pessoas foram aprovadas, resumindo o pleito da comissão.

Sabemos da realidade da Polícia Civil do nosso Estado, da grande quantidade de aposentadorias e licenças. E recaímos numa realidade em que 140 dos 417

municípios da nossa Bahia estão sem delegado, isso sem falar da grave crise em que a nossa capital se encontra, já que mais da metade das zonas pelas quais a Secretaria da Segurança Pública reparte Salvador também se encontra sem delegado.

Esta moção aqui, em que já foi ajuizada aquela ação da comissão, relata exatamente quais os servidores que já foram aposentados no decorrer desse concurso. Vamos lembrar que ainda tem gente do concurso de 1998 que entra na Justiça e até hoje é chamada. É uma desordem, deputada Maria del Carmen! E não somente do governo petista, mas também da estrutura administrativa complicada do Judiciário.

Portanto, o pleito que trago para o pronunciamento de hoje é que o governador da Bahia convoque os concursados que passaram. Existe uma diferença entre quem passa no concurso e quem faz a prova de aptidão, que é aquela fase de teste. Nela muita gente desiste. Dos 100 aprovados, pouco mais de 50 ficaram.

Governador, não vamos perder tempo! Chame esse povo! A Bahia está precisando de delegado, investigador e escrivão. É até uma forma de economicidade da administração pública. O concurso foi feito, há uma necessidade latente do nosso Estado e o pessoal quer ser chamado pra fazer o curso e entrar em campo para pelo menos reduzir um pouco os índices de violência.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Bobô, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Sr. Presidente, boa-tarde; boa-tarde, deputados e deputadas, eu queria deixar registrado aqui nesta Casa um debate que aconteceu na cidade de Senhor do Bonfim, envolvendo outros oito municípios no território do Piemonte, com o tema Saúde do Território do Piemonte Norte do Itapicuru.

Foi um debate extremamente proveitoso, porque conseguimos levar o secretário de Relações Institucionais do governo, Josias Gomes, e, lamentavelmente, não contamos com a presença do secretário da Saúde, porque como choveu muito naquele dia, ele acabou perdendo o voo e não tivemos a presença dele.

Tivemos a presença do superintendente de Gestão e Regulação do Estado da Bahia, Dr. José Rodrigues, que deu um brilho todo especial a esse encontro, inclusive discutindo os investimentos em saúde para aquele território. E nos deixou muito feliz, particularmente como deputado, levar um debate como esse, com a grandiosidade que foi.

Tivemos a participação de oito municípios envolvidos nesse encontro, portanto seis prefeitos participaram; dezenas de vereadores; secretários de municípios; a sociedade civil organizada, todos preocupados, claro, e querendo saber sobre os investimentos em saúde do território do Piemonte. São 305 mil pessoas morando naquele território, deputada Maria del Carmen, e que ainda não temos, obviamente, um hospital de base.

O governador Rui Costa prometeu resolver esse problema com a construção do hospital de base, mas até este ser construído, precisamos de saúde, no mínimo, decente para servir à população.

Esse encontro, volto a repetir, aconteceu na última sexta-feira, no dia 15, à noite, na Câmara de Vereadores do Senhor do Bonfim, com centenas de pessoas participando, foi um debate aberto. E quero enaltecer a participação do secretário Josias Gomes, que enfrentou as cobranças, participou, efetivamente, com o superintendente do que o governo pretende fazer naquele território e deu uma grande notícia ao município do Senhor do Bonfim. Este município será sede da construção da clínica e policlínicas daquele espaço.

Entretanto, existe por parte da população uma cobrança muito maior que seria uma intervenção por parte do Estado da Bahia, da Secretaria da Saúde do Estado, no hospital regional que existe em Senhor do Bonfim que é um hospital que tem a gestão pelo município, ou seja, pela prefeitura e que não atende praticamente nada ou o que atende é muito pouco em relação às necessidades básicas daquele território.

Portanto, a discussão foi muito importante e nos deixou absolutamente satisfeito no sentido dos encaminhamentos e espero que sejam positivos. O Estado tem e deve assumir a gestão daquele hospital.

É absolutamente prioritário que isso aconteça para que possamos ter a construção do hospital novo, que entendemos que levará de três a quatro anos, e a deputada Maria del Carmen tem ideia do tempo que leva para se construir um hospital, não é, deputada, é muito tempo, portanto temos uma previsão de três a quatro anos para essa construção acontecer.

E já que existe um hospital que pode dar o suporte lá, existe uma UPA que não foi concluída ainda pelo próprio município, o Estado pode absorver isso. Aliás, é constitucional, também é de responsabilidade do Estado, para que possamos ter uma saúde digna naquele território.

Eu estou muito confiante, quero agradecer a participação aqui em plenário do secretário Josias Gomes, do secretário Fábio Vilas-Boas, que fez um esforço muito grande, mas, infelizmente, acabou não participando, como também do superintendente de Gestão e Regulação do Estado da Bahia, Dr. José Rodrigues.

Era isso, Sr. Presidente, e muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra a nobre deputada Ivana Bastos, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero aqui manifestar meu apoio, deputada Maria del Carmen, ao município Palmas de Monte Alto que hoje completa 175 anos. A economia básica desse município é a agricultura familiar e hoje vemos que passa grandes dificuldades. Vive uma gestão desastrosa, um povo totalmente desassistido, mas isso também nos dá coragem de

continuar lutando e trabalhando por aquele município.

No município de Palmas Monte Alto sua maior população se concentra na zona rural, onde há diversas ações do governo. Foram quase mais de mil cisternas domiciliares naquele município e o Programa Luz para Todos que atendeu muito esse município, e agora em execução uma obra que contemplará 275 casas, na região do Baixio do município de Palmas de Monte Alto que vai atender cerca de seis comunidades. Nesse município tivemos mais 60% dos votos o que me dá uma tranquilidade muito grande de dizer que nosso mandato tem feito sua parte, juntamente com o ex-prefeito Manoel Rubens e com os vereadores que compõem o nosso grupo político, o nosso presidente da Câmara, vereador Neto; os vereadores Oscarino, Paulo, Fiím, Geovanni, que me têm dado um suporte naquele município.

Quero aqui também registrar o nosso empenho, a nossa luta, o apoio que foi fundamental do ex- governador Jaques Wagner, do hoje senador Otto Alencar na construção da estrada que liga Palmas de Monte Alto a Sebastião Laranjeiras – são 54 quilômetros de rodovia. Ao mesmo tempo, quero cumprimentar a prefeita de Sebastião Laranjeira, que se encontra hoje na Casa, Dr^a Luciana, e dizer que ali foi uma luta muito grande nossa, uma obra de mais de 18 milhões que, com certeza, melhorou bastante a vida daqueles dois municípios – o município Central e o município de Ganambi, de onde eles se precisavam deslocar.

Quero também deixar aqui o meu abraço a todos os montealtenses, colocando-nos mais uma vez à disposição daquele povo e desejar muita paz, muita tranquilidade. Tenho muita certeza de que o futuro nos reserva muita coisa boa, porque do jeito que está ali não pode continuar.

Então, ficam os parabéns para Palmas de Monte Alto pelos seus 175 anos de emancipação política.

Também quero aproveitar para registrar a minha indignação com o que acontece no município de Livramento de Nossa Senhora. Tive oportunidade de receber, há pouco, seis alunos da residência estudantil do município de Livramento de Nossa Senhora que nos trouxe o relato de que foi feito um TAC no Ministério Público, entre a prefeitura e os estudantes, para que a prefeitura pudesse manter a casa dos estudantes de Livramento. E para nossa tristeza o prefeito desalugou essa casa e alugou outra com somente quatro quartos para atender trinta estudantes. Então, a gente vê a indignação dos estudantes – todos estudam na Universidade Federal, todos como bolsistas, todos com alimentação gratuita. A casa era no Garcia, mas o prefeito alugou uma casa mais cara na Pituba, com quatro quartos para atender trinta estudantes. Aí nota-se a irresponsabilidade e a falta de compromisso. Os estudantes estiveram recentemente no nosso gabinete e ficou o nosso compromisso de procurar o Ministério Público, o que nos deixou tristes, porque, no município de Livramento de Nossa Senhora, o promotor é substituto, que está de férias. Então, a gente não sabe a quem recorrer, mas vamos dar todo o apoio, porque aqueles estudantes estão fazendo prova, estão com dificuldades e totalmente sem condições de trabalhar nas condições que a prefeitura impôs hoje.

Deixo a minha indignação sobre o município de Livramento de nossa Senhora e minhas felicitações ao município de Palmas de Monte Alto.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente e deputado Leur Lomanto Júnior, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos das galerias, colegas da imprensa, vocês que nos assistem pelo canal TV Assembleia, tenho acompanhado as visitas do governador Rui Costa às escolas e fazendo as suas anotações na vertente de que essas visitas venham surtir efeitos positivos.

Hoje, leio na imprensa – fato que lamento profundamente – que estudantes em uma das maiores escolas da rede estadual de Feira de Santana estejam assistindo às aulas munidos de guarda-chuvas. É, realmente, de chamar a atenção e de nos entristecer! A nota saiu na imprensa, mais precisamente no site Bahia Notícias e diz o seguinte.

(Lê):- *“Alunos do Colégio Estadual Luiz Viana Filho, em Feira de Santana, Portal do Sertão, assistiram as aulas desta segunda-feira (18) em uma situação inusitada. Devido a problemas estruturais da escola, construída há mais de 40 anos, os estudantes acompanharam as aulas munidos de guarda-chuvas abertos. Segundo a diretora da escola, Luciana de Macedo Macário, o problema de goteiras no telhado da sala ocorre toda vez que chove forte ou passa uma ventania. “Como tem chovido muito em Feira isso agravou o problema. A questão é que o telhado foi construído de forma irregular e a estrutura do colégio está com problemas”, conta Luciana em entrevista ao Bahia Notícias. Segundo ela, nesta terça-feira(19) os alunos só puderam assistir às aulas porque foram feitos reparos emergenciais no telhado. Ainda segundo a diretora, o caso já foi comunicado ao Núcleo Regional de Educação (NRE19), antiga Direc-02, que prometeu resolver o problema estrutural do Luiz Viana Filho.”*

Ora, isso mostra que, durante todo o tempo, não houve o cuidado necessário de fazer os reparos nesta escola! Esta é uma escola construída há 40 anos e apresenta esses problemas. A diretora disse que toda vez que chove o problema é recorrente. Isso mostra que, ao longo do tempo, houve um descaso: pouca atenção!

Então, este é o programa que o governo Rui Costa instituiu para o governador visitar, pessoalmente, as escolas.

É necessário sentirmos quais são os efeitos que o governador, visitando as estruturas e fazendo as anotações, consegue e percebe que há uma deficiência do estudo ou é, simplesmente, um golpe de marketing na medida em que o governo vai, com a sua estrutura e com o seu staff, a uma escola e faz uma divulgação? Em que isso resultará em melhoria da qualidade para o ensino?

Tal fato, narrado por mim, ocorreu em Feira de Santana. Esta é uma das

maiores escolas, mais precisamente, uma escola construída há 40 anos. Foi deprimente ver as fotos dos alunos em sala de aula com os guarda-chuvas abertos para poder assistirem às aulas. Imaginem o sufoco! O que essas crianças e esses estudantes poderão contar em casa?

Na verdade, hoje, o governo tem de criar todos os mecanismos possíveis para incentivar os alunos a comparecer às escolas! E, dessa forma, os estudantes se sentem desencorajados e desprestigiados para estar presentes nas nossas escolas.

Este é um problema só de Feira de Santana? Não! Isso deve ter acontecido ou deve estar acontecendo por todo o Estado. Este é um problema, apenas, da rede estadual? Não! Quantas prefeituras mantêm escolas com estruturas arcaicas e deficientes que são humilhações para que nossos alunos e nossos filhos estejam frequentando esses ambientes?

De modo que fica, aqui, o meu reparo entre o programa que faz o governador, visitando as escolas e o que de fato até agora produziu de forma concreta.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Vou concluir.

Esse é um problema que a própria diretora alegou que toda vez que chove isso acontece. E se vem acontecendo ao longo dos anos é porque houve descaso, houve falta de atenção, houve falta de investimento, houve alguém que foi negligente, houve alguém que comeu mosca.

Assim, meu caro secretário da Educação, Osvaldo Barreto, me faça uma garapa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Vítor Bonfim por 5 minutos.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, Srs. Deputados, venho à tribuna na tarde de hoje para expressar a minha preocupação, deputado Eduardo Sales, que é também um homem ligado ao campo, com um mandato parlamentar vinculado ao negócio da agricultura da Bahia, bem como o deputado Antônio Henrique Júnior, que é também um representante das regiões Oeste e Sudoeste nesta Casa, minha preocupação em relação à renovação do Proalba. Estamos já em 19 de maio e o Proalba se encerra no mês de junho, logo no início da safra 2014-2015.

O Proalba, Sr. Presidente, deputado Leur Lomanto Júnior, é um instrumento de redução fiscal, de ICMS em 50%, que se iniciou em 2001, e foi de vital importância para que a cotonicultura na Bahia, deputado Herzem Gusmão, alcançasse os números que temos hoje, o peso que o algodão tem na balança comercial da Bahia. Nós fechamos a safra de 2013/2014 com uma área de 320 mil hectares plantada de algodão no Estado da Bahia. E vem numa crescente, pois no ano de 2012/2013 foi de 271 mil hectares. Graças à tecnologia, graças ao Proalba, foi possível, deputado

Eduardo Sales, V.Ex^a que acompanhou de perto isso, foi secretário nos últimos anos e sabe da importância de uma parte dos recursos do Pró-Alba são revertidos para a Fundeagro, são 10%, que é um fundo para promover pesquisas e difusão tecnológica, além da defesa fitossanitária e promover através de ações de marketing o algodão da Bahia no mundo.

Então, Sr. Presidente, venho à tribuna na tarde de hoje para fazer um apelo ao secretário da Fazenda, pois ele sabe a preocupação que nós temos com a lavoura e com o agronegócio por conta da importância para a economia da Bahia, portanto é preciso que haja a renovação do Proalba. Estamos próximos de realizar, agora dia 02 de junho, a Bahia Farm Show, que é a segunda maior feira do agronegócio no Brasil, realizada no município de Luís Eduardo Magalhães e precisamos levar para os agricultores do Oeste da Bahia essa boa nova, quando o governador estará presente na abertura, esperamos que ele leve essa boa notícia, que no dia 02 ele faça a prorrogação e a extensão do Proalba pelos próximos 4 anos, estendendo até a safra de 2018/2019.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado aqui este apelo que faço para que, no dia 2 junho, possamos levar aos agricultores da Bahia esta boa notícia da renovação do Proalba.

Desejo uma boa tarde a todos. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Eduardo Salles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Prezado deputado Leur Lomanto Júnior, presidente desta sessão, prezados colegas deputados, queria, hoje, falar um pouco sobre a questão do cacau e a questão da CEPLAC, pois esta é histórica na questão do cacau.

Eu e minha família somos originários do município de Uruçuca. Tivemos fazendas ao longo da vida: de bisavô a avô, ao pai, etc. Temos um comprometimento muito grande não só como deputado, mas como uma pessoa que viveu a questão da cacauicultura ao longo da vida.

Fiz engenharia agrônoma. Trabalhei a minha vida inteira ligado ao setor agropecuário. E o meu primeiro estágio, durante os estudos de agronomia, foi feito na CEPLAC em Itabuna. Tive a oportunidade de ter o Dr. Zózimo como meu orientador, pessoa que, depois, foi superintendente da CEPLAC, pessoa muito importante para a história desta instituição.

Vejam, a CEPLAC foi construída com o patrimônio e com o dinheiro do cacauicultor ao longo de sua vida e possui instalações belíssimas; tem um trabalho histórico de pesquisa e de assistência técnica importantíssimos para a região, não só para o cacau como para a diversificação e para todas as questões relativas à sobrevivência e à subsistência da região cacaueira tão sofrida ao longo dos anos.

A região cacaueira já foi responsável por 74% do PIB da Bahia e, hoje, passa por momentos muito difíceis.

Então, venho, aqui hoje, colocar para V.Ex^{as} o ocorrido durante uma audiência pública no Senado que contou, também, com a participação das senadoras Lídice da Mata (PSB-BA) e Ana Amélia (PP-RS); esta última, de meu partido. Tivemos a oportunidade, há um mês, de estar na região visitando o Instituto Biofábrica do Cacau. Também, enquanto secretário, tive oportunidade de estar lá presente.

Pois bem, nós tivemos a oportunidade de ver, infelizmente, que a CEPLAC não vai sobreviver por muito tempo. Não sabemos se é este o objetivo. Mas temos de alertar e cobrar para que isso não aconteça: o fechamento definitivo da CEPLAC. Ressalto que esta instituição é tão importante para as regiões do Sul e Baixo Sul, para toda a Bahia e para o Brasil. Aí, falo de outros estados como Pará, Espírito Santo, Rondônia, Amazônia e tantos outros onde a CEPLAC tem papel fundamental.

Então eu me comprometi e fiz isso, melhor, fiz um manifesto à presidenta Dilma. Repassarei este manifesto ao seu gabinete também, aos ministros de Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao chefe da Casa Civil como também uma cópia de todo ele. Falo em manifesto em defesa da CEPLAC. Queria ler, aqui, para os colegas deputados.

(Lê):- “Exm^o Sr(a), Presidente,

A intensa, progressiva e inevitável redução na força de trabalho da CEPLAC tem restringido a sua capacidade de responder aos produtores rurais e aos apelos das regiões cacauíferas do Brasil e essa erosão do quadro de servidores não tem sido acompanhada pela devida reposição de pessoal, via concurso público.

Fortalecer o seu aparato humano significa ampliar os esforços com a pesquisa, o fomento e a assistência técnica da produção agrossilvipastoril, contribuindo para a geração de emprego e renda e a segurança alimentar. Acresça-se a isso o fato de que a CEPLAC, devidamente estruturada, pode atenuar a carência da maioria dos municípios das regiões por onde atua, em termos de concepção e execução de planos de desenvolvimento local e territorial, a partir da sua expertise e qualificação técnica, com vistas a favorecer um novo padrão de desenvolvimento das regiões cacauíferas, nas dimensões social, econômica e ambiental.

A perda da força de trabalho é um dos graves problemas enfrentados atualmente pela CEPLAC e implica reduzir o potencial de resposta aos requerimentos das regiões cacauíferas do Brasil. O último concurso para admissão de servidores foi realizado em 1987, contemplando apenas 233 servidores.

Há 28 anos não se faz reposição de pessoal e isso vem provocando sequelas irreparáveis nas suas atividades, em razão da existência, atualmente, de apenas 1.799 servidores ativos, em contraste com os 4.383 em exercício no período de 1980 a 1985. Desse total, 12,63% dos servidores ativos estão enquadrados no nível superior, categoria esta que responde pelas atividades finalísticas da organização.”

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Para concluir, deputado Eduardo Salles.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Sr. Presidente, gostaria de concluir, apenas dois parágrafos, por favor, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Eu peço a V.Ex^a que conclua, porque outras pessoas querem utilizar o grande expediente.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Vou concluir, Sr. Presidente, é importante finalizar essa questão.

(Lê):- *“Essa absurda erosão da força de trabalho – reduzida a menos da metade – é o reflexo de aposentadorias, desligamento espontâneo e adesão aos planos oficiais de demissão voluntária. Esse problema atinge níveis preocupantes, ou sejam, 1.132 servidores encontram-se em abono permanência, prontos para a aposentadoria, sendo que 62,99% correspondem ao nível superior e são eles que respondem pela pesquisa e a assistência técnica aos produtores rurais, principais eixos de atuação da CEPLAC. A perspectiva de aposentadoria implicará reduzir substancialmente os programas e os projetos de interesse estratégicos e as sequelas às atividades de assistência técnica e geração de tecnologias já se mostram irreparáveis.*

Os dados são contundentes e revelam que nos próximos anos a CEPLAC terá um quadro inexpressivo de servidores, caso não haja reposição da força de trabalho neste ano de 2015. Portanto, requiro seu apoio para subscrever este requerimento, com o intuito de viabilizar a renovação do quadro técnico da CEPLAC.”

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Para concluir, deputado.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Já coletei, deputado, 50 assinaturas dos deputados da Bahia, vou coletar assinaturas dos deputados estaduais de todos os Estados que têm CEPLAC, de todos os deputados federais e senadores para que a gente consiga sensibilizar a presidenta Dilma e a equipe do Executivo federal para que consigamos ter concurso público na CEPLAC.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, assistência, Imprensa aqui presente, nesta tarde tão significativa gostaria aqui de dizer que mais que a dicotomia Oposição/ Situação, nós precisamos debater nesta Casa o verdadeiro papel que ela representa na estrutura do

nosso país, do nosso Estado, da organização, em si, do Estado brasileiro e do Estado baiano.

Tenho estado inquieto, desde a semana em que aqui, meu caro deputado Hildécio Meireles, tivemos, fomos estreantes, digamos assim, em votações de temas importantes para a vida das pessoas, sobretudo para a vida dos funcionários públicos do Estado e, acima de tudo, para a vida financeira, para a saúde financeira do futuro desses funcionários.

E, estreante, como disse, surpreendeu-me o regime de urgência aqui estabelecido. Sonhava eu, então aspirante a legislador, em aqui chegar e em aqui estar, vindo com os meus ideais, trazido pelas esperanças que me conduziram para cá, a fim de poder debruçar-me sobre todos os temas, porém, debruçar-me com mais cautela, com mais cuidado, com mais tempo e com muita responsabilidade sobre aqueles temas que nos são caros no presente e, principalmente, no futuro.

Não pode esta Casa viver, como está a viver, pautada pelo Executivo. O Poder Legislativo não deve e não pode assim proceder. É preciso reagir à posição de cócoras ou de joelhos do Poder Legislativo diante da vontade do Poder Executivo.

Aqui só se votou, fora os projetos frutos de consenso dentre as Lideranças Partidárias, aquilo de interesse do Executivo e, ainda assim, tolhendo e ceifando da nossa apreciação desses projetos que tão graves consequências podem trazer-nos agora e no futuro.

No processo legislativo, existe – e é necessário ter – os chamados regimes de urgência para atender a situações que, de fato, são urgentes e são importantes.

Agora, há pouco, assistimos a um caso típico de regime de urgência quando o prefeito desta capital, frente à tragédia abatida sobre esta cidade, meu caro Geilson, encaminhou à Câmara de Vereadores um projeto de lei para dar sustentação imediata às vítimas desta tragédia. Era necessário, naquele momento, que o regime fosse de urgência. Era necessário, naquele momento, que a urgência se fizesse imperiosa, como, assim, o fez.

Mas, aí, eu pergunto. Qual a urgência em se votar o reajuste nos vencimentos dos servidores públicos estaduais quando tal reajuste já deveria ter sido previsto no Orçamento do ano anterior, uma vez que Orçamento se faz de um ano para o próximo, com o intuito de se resguardar o princípio da anterioridade?

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- V.Ex^{as} estão inscritos.

Vejam, a data-base de aumento nos vencimentos do funcionalismo público estadual é em janeiro. Então, a mensagem, na qualidade de projeto de lei, chega a esta Casa, em uma quinta-feira para se votada na terça-feira seguinte sem se passar pelas comissões competentes? Porque, aqui, se deixou, como é praxe nesta Casa, para que as comissões, em conjunto, pudessem deles apreciar projetos inertes ou abonadores.

Fiz uma questão de ordem para poder apresentar um voto em separado na

qualidade de membro da Comissão de Constituição e Justiça, porque o então projeto – e, agora, ora lei – mostra-se inconstitucional. No entanto, não pude fazê-lo, porque o Regimento Interno desta Casa assim não permite ou porque os costumes arraigados, há 25 anos, assim também, não o permitem.

Urge, pois, que nós, legisladores, representantes do povo desta Casa, possamos, assim, compreender o fato de que o nosso papel não é o de ser anexo ao Poder Executivo. O nosso papel há de ser o de um Poder independente, autônomo, embora harmonioso com os outros dois. Se nós mesmos não tivermos a coragem de enfrentar esse tema e trazer essas discussões para esta Casa, discussões que fogem, volto a repetir, à dicotomia Oposição/Situação, estaremos fadados ao que muitos colegas vivem a reclamar. É o desânimo, o desinteresse, porque não se pode legislar. Não há autonomia na Casa. Projetos de deputado não se vota e quando são votados, são inconstitucionais. Porque há um impedimento que só existe aqui na Bahia.

É preciso, então, e quero buscar a discussão sobre a gravidade do que isso representa. Não poderemos ter autonomia, ou pior, não poderemos sequer apreciar um projeto. Meu caro Hildécio, somos testemunhas aqui de que o governo mandou três projetos. Reajuste de servidor e inserido nele, com esperteza, digo com toda a tranquilidade, fez com que a população, a imprensa e a Oposição se preocupassem com o reajuste dos servidores apenas; situação que deve ser preocupante, mas pode ser resolvida no ano seguinte. Porque basta buscar as perdas do ano anterior e recuperá-las.

Mas o que o governo fez? Já que não há discussão, já que o presidente da Assembleia Legislativa tem o poder de nomear o relator da Comissão, aqui em plenário, e já traz o seu parecer debaixo do braço, nomeia e escolhe o Líder do governo para ser relator do projeto do governo, fica a Oposição impedida de apresentar um voto em separado.

Estou debruçado para apresentar e trazer aos colegas uma minuta de reforma desse Regimento para que se permita, mesmo que nós, nossos pares não queiram, que esta Casa seja independente, mas nos permita minoria, ao menos, para que possamos trazer à população, ao povo a essência do que aqui se vota e se aprecia.

E quero aqui dizer da gravidade do que isso representa. O governo mandou três projetos, dois de reajuste dos servidores, e foi aquele alvoroço. Todos nós fomos pra cima, a imprensa chamou a atenção. Mas inserido neles estava, sem sequer fazer menção na mensagem do governador, meu caro deputado Luciano Simões Filho, uma alteração que veio inserida mais ainda num benefício aos beneficiários do Minha Casa, Minha Vida, a autorização para que o governo utilizasse os recursos do Funprev.

Muitos dirão que não há nenhum problema quanto a isso, porque se o fundo é do Funprev e se está pagando aos servidores, a situação só se fez antecipar. Mas essa não é a lógica. Ainda ontem, relendo um artigo, revi com muto prazer uma fala do grande estadista inglês Churchill que diz que a diferença entre o estadista e o populista é que aquele se preocupa com as gerações futuras, o populista se preocupa

com a próxima eleição. E é isso que se está a ver. Vejam bem, o Funprev atende aos servidores, o Fundo garantidor da aposentadoria dos servidores que ingressaram no serviço público da Bahia até o ano de 2007 são garantidos pelo Funprev. Existe ainda o Baprev, que é um outro fundo garantidor da aposentadoria daqueles que ingressaram no serviço público a partir de 1º de fevereiro de 2008. São dois fundos.

Ocorre, meu caro Líder Sandro Régis, que na lei que criou o Baprev, em 2007, foi criado o fundo garantidor do equilíbrio financeiro do Funprev, porque ele tem prazo determinado. Já que os servidores que entraram em 2008 já não pertencem ao Funprev, pertencerão ao Baprev. E era preciso criar uma garantia disso. Criou-se uma espécie de poupança através dessa lei de 2007. Se essa poupança estivesse hoje intacta, sem mexerem, teria um depósito de R\$ 1.300.000.000 em valores reais sem atualização. Era o valor que deveria ter.

Quando se criou essa poupança, estou tratando aqui como poupança, mas o nome não é esse, só para que haja uma compreensão maior, foi criada uma regra de transição de que essa poupança ficasse por 10 anos sem que pudessem mexer, já que era garantidora para que os futuros aposentados não sofressem prejuízos. Só poderiam mexer a partir de 2018 e, mesmo assim, com autorização de um conselho que foi criado, e que é orientador, gestor e fiscalizador desse fundo.

Mas já dois anos depois, deputado Hildécio Meireles, o governo mandou para esta Casa um projeto para poder usar dessa poupança para pagamento. Dizia que eram 2 anos, 2009 e 2010, mas, não satisfeito, em 2011 mandou outro projeto de lei para esta Casa. E esta Casa, de joelhos, novamente aprovou para que vigorasse até 2014. Venceu o prazo.

Então esta Casa, naquela noite, sem que ninguém soubesse, ficou despercebido até pela falta de crédito de nós mesmos parlamentares de acreditar que a discussão aqui tem repercussão, aprovou em regime de urgência. Sequer um representante do governo subiu a esta tribuna para tirar essas dúvidas que pairam sobre mim, sobre V.Ex^{as} e que pairam, sobretudo, sobre os servidores públicos.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- V.Ex^a está inscrito.

Mas, temos que observar – e aí vou dar o aparte a V.Ex^{as} – que vivemos num país em que a pirâmide da aposentadoria dos servidores, a sua base, é formada por jovens, a minoria é que está aposentada. Mas esses jovens vão se aposentar um dia e é por isso que esse fundo teria que se tornar 'imexível' ou, ao menos, ter regras para que ele pudesse ser mexido, para que ele pudesse ser utilizado.

Ainda no decorrer desse período, houve a antecipação dos royalties, e aí o governo os utilizou para cobrir rombo da previdência. O Estado do Paraná, tão decantado aqui pela sua ineficiência, pela greve, pela sua quebradeira, começou assim. A crise lá não é de gestão de folha de pagamento, deputado Fábio Souto, a crise lá é por irresponsabilidades feitas essas, por falta de cuidados como esses, que quebrou a previdência e quebrou o Estado.

Queira Deus que eu esteja errado, peço ao grande arquiteto do universo que me permita estar errado neste momento, queira Deus que o governo esteja cuidando das gerações futuras e não só se preocupando com a próxima eleição. Estou aqui cumprindo hoje o meu papel para o qual aqui estive e aqui cheguei, o de poder debater grandes temas, o de poder debater as questões atuais, as questões momentâneas mas, sobretudo, o de debater o que haveremos de deixar para as próximas gerações.

Por isso os funcionários públicos atuais devem-se preocupar não só com os seus reajustes, mas também, e principalmente, com essa caixa-preta que ninguém sabe o que é. Não se sabe como está sendo usada, e muitos dirão, volto a repetir, que já que o dinheiro é da Previdência está sendo usado com o pagamento daqueles que estão aposentados. Isso é um equívoco. É preciso que ela tenha o equilíbrio financeiro e é por isso que a poupança existiu. Porque quando todos forem aposentados não haverá mais contribuintes para essa caixa de previdência, o Funprev tem prazo limitado. Os que entraram no Estado depois de 2008 já não contribuem mais para o Funprev, mas para o Baprev.

Então, esse é um discurso que se vierem a fazer e que deveriam ter feito aqui quando da aprovação, mas sabedores de que esta Casa vive de joelhos, não trouxe o tema à discussão, inseriram em outro projeto sem sequer citar na mensagem enviada a esta Casa.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- O nobre deputado Fábio Souto tem a palavra.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço ao nobre deputado pelo aparte e dizer que V.Ex^a toca numa questão fundamental. Infelizmente, esta Assembleia deu um cheque em branco ao governo do Estado. Queira Deus, como V.Ex^a colocou aí, que eles tenham responsabilidade de não usar erradamente o esforço de décadas de vários funcionários públicos que com muito esforço contribuíram para esse plano.

V.Ex^a também destaca aqui a questão das atribuições no início do seu discurso. Diria que V.Ex^a toca num ponto fundamental para esta Casa aqui de se rediscutir as atribuições reais que o deputado estadual tem nesta Casa, que cada vez estão sendo menores, estão sendo diminuídas.

V.Ex^a está de parabéns por destacar questões tão importante para esta Casa e para o Estado da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- O aparte de V.Ex^a será incorporado ao nosso discurso. Com o aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Quero aqui começar minhas palavras, deputado Luciano Ribeiro, parabenizando-o pelo grande discurso proferido na tarde desta terça-feira.

Primeiro, V.Ex^a trata da questão do Funprev ao qual a Bancada de Oposição se opôs a esse projeto. E V.Ex^a, de uma forma muito sóbria, hoje, discorre os motivos

pelos quais a Bancada de Oposição não aceitou assinar o cheque em branco para o governo do Estado. V.Ex^a traz na sua sabedoria e na experiência jurídica a experiência de vida pública, o risco que essa Casa cometeu com o patrimônio do servidor público estadual. E também V.Ex^a traz aqui essa questão do papel do Legislativo, do papel da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia porque esta Casa tem que andar com suas próprias pernas. A Assembleia não pode ser um mero carimbador do Executivo e tampouco ser pautado pela pauta do Executivo.

Por isso, a Oposição indicou V.Ex^a e o deputado Fábio Souto para fazerem parte da comissão. Acho que é uma das comissões mais importantes da Assembleia, que será de organizar a questão dos projetos dos próprios deputados. A Casa recebeu três projetos: dois que foram do reajuste inflacionário do servidor público estadual, e agora o projeto do PPA que tem que vir para aqui. A Casa não pode comungar com essa inércia do governo do Estado.

Quero aqui, deputado Luciano Ribeiro, parabenizá-lo por usar esses 25 minutos do Grande Expediente para trazer dois assuntos importantes para que esta Casa debata, reflita e para que esta Casa amadureça nas suas futuras posições.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Muito obrigado pela interferência de V.Ex^a, o nosso Líder Sandro Régis, a qual será incorporada como aparte ao nosso discurso.

Passo a palavra para o aparte ao nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu caro deputado Luciano Ribeiro, quero parabenizá-lo pela oportunidade desse seu pronunciamento, sobretudo, pelo que V.Ex^a leva a essa tribuna, que diz respeito ao objetivo do Parlamento, às atribuições e à responsabilidade do parlamentar, que é, exatamente, aquele que compõe a força de equilíbrio de uma democracia.

Mas, infelizmente, nesta Casa de Leis, nós não temos presenciado esse exercício que, se fosse, de fato, verdadeiro, nos encheria, nos faria transbordar de vontade de estar aqui todos os dias debatendo e discutindo aqueles temas de grande importância para a democracia, para o nosso Estado e por consequência para o nosso povo.

O exercício do regime de urgência não pode ser um expediente rotineiro, cotidiano. Ele deve ser usado naquelas questões que, de fato, reflitam o que seja uma matéria de urgência, como V.Ex^a bem exemplificou: a situação da cidade de Salvador quando o prefeito ACM Neto usou desse expediente.

Outro tema que V.Ex^a traz é o projeto aprovado nesta Casa que diz respeito ao saque do Funprev, feito pela terceira vez pelo governo do Estado, e o governo sabidamente usou do regime de urgência naquele momento em que nós estávamos imbuídos em discutir a questão dos reajustes dos funcionários e, de fato, passou-nos, de certa forma, despercebida, a importância que tem aquele cheque em branco que demos ao Poder Executivo.

Portanto, essa é uma preocupação que todos nós devemos ter. Que fique como lição para que, em outras vezes, nós, parlamentares, todos nós, tanto da Oposição

quanto da Situação, tenhamos mais cuidado com as discussões aqui nesta Casa e com os projetos de lei que aqui chegam na forma de regime de urgência.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a pela oportunidade do pronunciamento e quero solicitar que o meu aparte seja incorporado ao seu discurso.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço a interferência de V.Ex^a, que será incorporada ao nosso discurso.

Para finalizar, Srs. Deputados, eu apenas quero dizer que o nosso pronunciamento de hoje não se prende ao papel de oposição, ele se prende ao dever que nós temos – e eu me honro disto – como parlamentar. Muitos poderão entender que se trata de uma ingenuidade, porque amanhã posso ser governo e estarei defendendo o contrário. Mas tudo que aqui disse defendo como Oposição e como Situação, pois cabe aos governos que assim o querem construir, com discussão e substância, maiorias para aprovarem seus projetos e as suas vontades, é isso que defenderei.

Quero agradecer a todos pela atenção. Boa-tarde a todos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado!

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 11 minutos o deputado Zé Raimundo, o representante do Sudoeste.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- José Raimundo, de Vitória da Conquista, do Sudoeste da Bahia.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, os que nos assistem e nos ouvem nas galerias, nos gabinetes, pela TV Assembleia, eu trago para esta intervenção alguns assuntos da nossa região e do cotidiano dos baianos, mas, de forma preliminar, gostaria também de opinar sobre essas duas questões levantadas aqui pelo nobre deputado Luciano Ribeiro.

A primeira delas, com relação ao papel do Parlamento regional, da instância “subnacional”, que, de certa maneira, é uma das anomalias, uma das limitações do poder parlamentar local. Temos uma estrutura federativa em que a União é poderosa, forte, e concentra as grandes atribuições da organização da sociedade. Por isso as leis substantivas, as colunas fundamentais da sociedade brasileira, no plano jurídico e institucional, são definidas no plano nacional.

Ao mesmo tempo, temos ainda as unidades da Federação e os municípios, diferentemente de se fôssemos uma confederação, como no caso dos Estados Unidos, em que a União é relativamente limitada e distribui o seu poder para os estados-membros. Essa é uma questão estrutural da sociedade brasileira. Vamos viver a vida

inteira como membros deste Parlamento e não vamos resolvê-la, porque, realmente, é a estrutura jurídico-política nacional.

É claro que, de outro modo, naquelas atribuições que ficam para o Estado e os municípios, nós temos uma subdivisão do Parlamento e do Executivo. Se o Parlamento for efetivamente legislar e organizar o conjunto das demandas da sociedade, praticamente substituiria o Poder Executivo. É uma questão estrutural da sociedade brasileira, mas que merece o debate.

Outra questão que o nobre deputado traz é acerca do fundo previdenciário dos servidores, que vamos tratar depois com paciência, porque, efetivamente, historicamente, a Bahia sempre foi precária em termos da previdência dos servidores. Tínhamos uma contribuição genérica, que era para a saúde e para a aposentadoria. Só no final dos anos 90, em 1997, 1998, é que separamos o IAPSEB do Funprev, e aí o Funprev já nasceu, de certa maneira, com problemas de financiamento, e deixou ainda lá o antigo universo dos servidores mais precarizado, porque não houve ao longo da história da Bahia um fundo, efetivamente, previdenciário dos servidores públicos. O IAPSEB depois virou o Planserv e o Funprev virou o fundo de aposentadorias e pensões, que está hoje subfinanciado. Esse fenômeno é, infelizmente, do Brasil inteiro, todos os estados brasileiros estão passando por grandes dificuldades na sua estrutura financeira para garantir direitos históricos dos servidores públicos. Se não houver uma reformulação nacional, teremos muitos problemas nos próximos anos, em todos os estados, da Oposição e da Situação, do PSDB, do PMDB... de todos os partidos que compõem o arco de alianças. Então, esse é um debate muito sério, diria suprapartidário, que carece efetivamente de ferramentas que possam assegurar, como diriam os velhos militantes da classe operária, um futuro garantido, assegurar um futuro. Esses 2 temas, portanto, vamos trabalhar com eles durante muito tempo.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de trazer para esta sessão o relato de uma reunião, de uma audiência que tivemos ontem com o Sr. Secretário, Dr. Fábio Vilas-Boas, com o Dr. Mateus, da Secretaria da Saúde, com o nosso mandato e o do deputado federal Waldenor Pereira, ao lado da diretora-geral do Hospital de Base de Vitória da Conquista, a enfermeira Leninha, e Dr. Alessandro, diretor-médico daquela instituição, representando ali toda a diretoria. Nesta reunião, eu e o deputado Waldenor Pereira apresentamos ao secretário o nosso apoio, sobretudo, com a determinação do deputado Waldenor Pereira de destinar 2 milhões de reais para o Hospital de Base adquirir equipamentos.

O Hospital de Base de Vitória da Conquista atende a uma região com mais de 80 municípios, e ainda o Norte de Minas, que chega de forma “invisível”, e acaba sendo financiado pela Bahia. Dois milhões de reais, além de vários recursos que foram destinados aos municípios da região para a aquisição de equipamentos, veículos, insumos, manutenção de custeios dos vários municípios onde somos apoiados e onde temos essas parcerias com os amigos.

Nessa reunião, também foi feito um relato ao Sr. Secretário, Dr. Fábio Vilas-

Boas, sobre a situação do Hospital de Base. De imediato, os diretores apresentaram uma alternativa para não deixar nenhum leito sem funcionar.

O secretário autorizou a contratação de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, para fazer funcionar todos os leitos do Hospital de Base de Vitória da Conquista. Além disso, ele nos assegurou que serão retomadas imediatamente as obras de ampliação das nossas instalações para a construção de mais de 40 leitos na enfermaria do hospital.

Assegurou-nos também o funcionamento da UPA, Unidade de Pronto Atendimento, para que toda região – sobretudo as demandas mais próximas – seja atendida sem invadir o espaço do hospital, fazendo a divisão do que é urgência, emergência e outras patologias cujos pacientes possam ser atendidos e retornem ao município. São investimentos vultosos que estão sendo concluídos em Vitória da Conquista para melhorarmos a saúde pública.

Cabe um parêntese aí, Sr. Presidente. Tenho ouvido aqui vários deputados da Oposição criticarem o governo do Estado. Ora criticam porque Juazeiro não está funcionando, Itabuna não está funcionando, que há problema no Sul da Bahia. Claro! O Brasil inteiro tem problema de saúde.

Vejam, por exemplo: São Paulo, agora, é o estado brasileiro campeão da dengue. É o estado que mais tem recursos, com os municípios mais bem preparados... Sabemos que o problema da água, aparentemente, seria um atenuante da dengue. Mas foi a forma inapropriada de armazenar a água que levou a dengue a se disseminar, fazendo um verdadeiro estrago no Estado de São Paulo, ao contrário da Bahia, que, mesmo com as dificuldades, está aí com índices razoáveis.

Portanto, discutir saúde pública é discutir um pressuposto maior. Para onde foram os 40 bilhões de reais da CPMF, que a Oposição tirou da saúde pública, dizendo: “Ah, não podemos pagar imposto, vamos tirar a CPMF”? – e tiraram 40 bilhões de reais anuais da saúde pública.

E o SUS é o sistema de saúde mais universal do mundo. Nenhum país tem um sistema público de saúde igual ao Brasil, o qual é usado pelo rico, pelo pobre. Na hora do desespero, o rico vai para o hospital público. A dengue, assim como outras edemias, são combatidas pela saúde pública através do SUS, e o burguesão, na hora do sufoco, se não achar o hospital local, não adianta ter dinheiro, não. Tem lugar a que o avião não chega para o rico pegar e ser salvo em São Paulo, não. Nos nossos municípios do sertão da Bahia, se ele não for atendido pelo SUS, morre ali com dinheiro no bolso e a conta no Bradesco ou Itaú, onde ele tiver conta. Portanto, o SUS é um sistema que precisa ser valorizado.

Infelizmente, a Oposição tirou 40 bilhões de reais do SUS. E agora muitos deputados pegam o microfone, dão entrevistas criticando a saúde pública da Bahia. O governador Jaques Wagner abriu mais 5 hospitais, construiu muitos equipamentos, mas, infelizmente, os recursos são limitados.

O Obama – nos Estados Unidos, que são um país rico –, para criar um sistema semelhante ao SUS para 50 milhões de americanos pobres, estimou a despesa em 200

bilhões de dólares para funcionar esse sistema, e o SUS fica à míngua. Portanto, é importante que, ao se criticar, tenhamos um pano de fundo que é a desigualdade deste País.

Para concluir, Sr. Presidente, a minha intervenção, deixo aqui o meu abraço aos companheiros de Palmas de Monte Alto, Badaró, dona Selma, Tião e ao companheiro Geovane pela passagem de 175 anos daquela bela cidade.

Deixo os meus cumprimentos ao companheiro Gil Rocha, de Guajeru. No sábado, estaremos lá para inaugurar a BA-148, que liga Guajeru a Malhada de Pedras, e a BA-026, que liga Rio do Antônio a Malhada de Pedra. É a região onde o deputado Luciano Ribeiro recebeu muitos votos. Ele é da Oposição mas deve estar feliz também, pois viu a estrada dos governos Wagner e Rui chegar, com o apoio de Dilma e Lula, melhorando as condições do Sertão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as nossas considerações, nesta tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pois não, V.Ex^a. manda. Antes de chamar o próximo orador, gostaria de registrar a presença de estudantes do Colégio Estadual Alfredo Agostinho de Deus, do bairro Itinga, no município de Lauro de Freitas. Sejam bem-vindos! (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, o deputado Sildevan Nóbrega falará pelo tempo de 5 minutos e o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega, pelo tempo de 5 minutos. Se precisar de mais um tempinho, pode ter certeza de que V.Ex^a tem crédito para falar mais um pouco. A Bahia quer ouvi-lo.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua generosidade.

Hoje subo nesta tribuna para parabenizar todos os defensores públicos do Estado da Bahia pela passagem do seu dia. Dizer, Sr^{as} e Srs. Deputados, que temos acompanhado a luta desses defensores públicos, que depois de quase 5 anos da aprovação no concurso, o governador do Estado da Bahia resolveu dar um sinal para convocar esses servidores. Essa luta, nós apoiamos e, inclusive, assinamos vários abaixo-assinados de servidores, nesta Casa, para que isso acontecesse.

Sr. Presidente, não temos muita coisa para comemorar. Mesmo que sejam chamados todos esses servidores que passaram no concurso, ainda existem muitos municípios, no Estado da Bahia, onde não há servidores público e o povo ainda fica desassistido.

O Sr. Governador do Estado da Bahia, com essa nomeação, apenas cumpre a sua obrigação. Vi estampado pelas mídias escrita e falada que o governador tinha

chamado. Isso, na verdade, não é nenhum mérito dele. Na verdade, é uma obrigação do governo prestar esse tipo de assistência à população mais carente do nosso Estado.

Sr. Presidente, também quero falar, nesta tarde, sobre a Fundação Estatal da Saúde. É um órgão integralmente público que presta serviços a todas as regiões do Estado da Bahia, como uma instituição do Sistema Único de Saúde – SUS, contribuindo numa função essencial para a gestão compartilhada de serviço de saúde. Na Bahia, a Fundação atende a inúmeros programas e esses programas tem atendido as pessoas no seu dia a dia em casa.

Essa instituição estava com seus salários atrasados. Estranhamente, depois que a notícia veio à tona no site do Bocão News, no mesmo dia, à noite, os funcionários receberam os seus proventos nas suas contas. Tem lá um tal de Tonhão, Carlão, se não me engano, comandando essa instituição, e o cara “bota o terror”, ameaça os funcionários e diz que se alguém for à mídia dizer que não está recebendo, será mandado embora.

Isso é um absurdo. Funcionário que trabalha, funcionário que serve à população tem que recorrer a esta Casa, tem que recorrer aos órgãos da mídia para receber os seus proventos. Sr. Presidente, chamo a atenção do secretário da Saúde para que olhe essa questão com mais carinho. Estaremos atentos para que casos como esse não venham a acontecer no nosso Estado.

Há pouco meu colega subiu a esta tribuna e falou sobre isso, e nós não podemos aceitar de forma nenhuma que essas pessoas sejam tratadas assim. O único sistema de saúde do governo do Estado que ainda funciona e atende as pessoas é exatamente o da internação domiciliar.

Gostaria de finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a V.Ex^a pelo tempo e dizer que estaremos atentos a essa questão para que os funcionários públicos dessa instituição não sejam tratados com o rigor com que o seu comandante vem tratando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Pastor José de Arimatéia, de Feira de Santana para toda a Bahia. Vamos ouvir agora o grande deputado Pastor José de Arimatéia pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia. Numa atitude, numa ação que vale muito, inclusive está no jornal de hoje, os bombeiros resgataram um cão que ficou soterrado num local do desabamento de casarões na Ladeira da Preguiça. Esse gesto merece parabéns porque os bombeiros mostram que valorizam a vida, não só do ser humano mas também dos animais. Então, quero parabenizar o Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia em razão desse gesto e pela sua dedicação no que fazem.

Outro assunto, Sr. Presidente. Tivemos hoje, nesta Casa, uma audiência pública

proposta na Comissão da Saúde por este deputado, quando discutimos que na Bahia existem 350 mil pessoas com feridas crônicas. Na Bahia existem 350 mil pessoas com feridas crônicas!

No Brasil a doença atinge diretamente cerca de 5 milhões de pessoas, segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social. A doença é apontada como a 14ª maior razão de afastamento do trabalho no Brasil, com mais de 200 mil trabalhadores afastados de suas funções.

Tivemos hoje essa audiência para discutir esses dados que realmente são preocupantes. Tivemos três palestrantes, dois do Ministério da Saúde, a Drª. Mara Blank, que falou sobre o “Panorama atual da Atenção Integral às Feridas Complexas no Brasil e em países Ibero-Latinos”. Tivemos também as palestras da Drª Maria Cristina do Vale Freitas Serra, que falou sobre o tema “Como as diretrizes do Ministério da Saúde podem ajudar na organização das instituições públicas para o tratamento de feridas no Brasil”, e da Drª Marinês Marques, também enfermeira, que falou sobre a “Construção de uma política pública para linha de cuidado a feridas complexas na Bahia”.

Essa discussão foi importantíssima, porque a Bahia precisa, realmente, avançar. Estamos vivendo na década da prevenção, e acho que não poderíamos deixar ações como essa passarem despercebidas, nem deixar de chamar a atenção das autoridades.

Tivemos a presença do Dr. Cícero Fideles, cirurgião vascular e professor da UFBa; do Dr. Walber Menezes, cirurgião plástico, professor da UFBa, presidente da Comissão de Feridas da HUPES e chefe da residência de cirurgia plástica; do professor Gildásio Daltro, cirurgião ortopedista, professor da UFBa e pesquisador do CNPQ; da Drª Maria de Fátima e de várias autoridades da área que, realmente, abrilhantaram essa audiência.

Estamos fazendo um relatório que será encaminhado ao secretário da Saúde do Estado da Bahia, como também ao próprio ministério. Já existem recursos, e a Bahia será o primeiro Estado em que serão implantadas essas ações de políticas públicas para combater esse número crescente de casos de feridas crônicas.

O que também me chamou a atenção – e eu até fiz uma provocação, Sr. Presidente – é que nós temos, aqui, na Bahia, festas culturais que tem provocado o acréscimo dessas feridas crônicas, que é o caso das festas juninas. Ora, se vemos as campanhas educativas que alertam, por exemplo, “Se for dirigir, não beba!”... Agora, você imagine o cidadão que enche a cara com as bebidas alcoólicas e pega um rojão ou uma bomba! É o caso da guerra das espadas de Cruz das Almas, que aumenta – e muito – o número de pessoas que chegam aos hospitais, principalmente na área de queimados. A queimadura gera uma ferida que pode ser crônica.

Então, são discussões que precisam avançar, mas tenho certeza de que, depois dessa audiência pública, onde tivemos a presença de dois representantes do Ministério da Saúde e de autoridades que fazem parte dessa problemática, esperamos que a Bahia possa avançar.

Era isso o que eu gostaria de deixar registrado. Mais uma vez, agradeço a

presença dessas autoridades e à Comissão da Saúde e Saneamento por ter aprovado o requerimento deste deputado, que trouxe essa discussão preocupante. Mais uma vez, digo que, na Bahia, existem 350.000 pessoas com feridas crônicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria, ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, por todo o tempo falará o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa, brilhante deputado da Região Metropolitana do Salvador, principalmente de Camaçari, a cidade mais rica de toda a Bahia. Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr^{as} Deputadas, servidores e servidoras desta Casa, em especial aos visitantes, faço usa da palavra, nesse momento, primeiro para reafirmar e registrar esta data, 19 de maio – acredito que na vida temos tarefas a serem cumpridas e um dia partimos do convívio material – data que esta Casa não pode esquecer, Sr. Presidente, porque marca os 15 anos de despedida de um dos maiores parlamentares que esta Casa já teve, deputado Paulo Jackson.

Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de registrar nos Anais desta Casa, pela contribuição dada pelo deputado Paulo Jackson para a democracia da Bahia e do Brasil. Conheci o deputado Paulo Jackson, posso dizer, na minha adolescência, na militância estudantil, quando ele era militante ativista e já se dispunha a organizar setores estratégicos e importantes da sociedade baiana. Ele é, sem dúvida nenhuma, um dos grandes esteios do sindicalismo baiano. Foi precursor e conduziu o Sindae – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia – e deixou, como referência da luta sindical, uma das melhores experiência sindicais já vividas neste Estado e no Brasil. Um sindicalismo não corporativista apenas, mas uma instituição e uma entidade que olhava como um todo o desenvolvimento social, econômico e político do nosso povo. E, conseqüentemente, o Sindae nos referendou com diversas intervenções sob o comando de Paulo Jackson.

Esta Casa, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, vivenciou um dos parlamentares mais éticos e atuantes. O momento de democracia que vive o Brasil e a Bahia não seria o mesmo se não houvesse a contribuição dada pelo deputado Paulo Jackson. Por isso, Sr. Presidente, esta Galeria e o setor de comunicação desta Casa levam o nome de Paulo Jackson em função da grande atuação e do destaque desse deputado.

No dia do velório, nesta Casa, esta cadeira foi destacada como a cadeira que jamais seria esquecida, porque era exatamente a cadeira ocupada, durante todo o

período, pelo deputado Paulo Jackson.

Hoje, pela manhã, dois servidores desta Casa cruzaram comigo pelos corredores e disseram: “Parece que foi ontem, mas a presença dele é constante”.

Quero destacar também que o deputado Herzem Gusmão, pouco antes da minha fala, alertava-me e dava-me a responsabilidade de não deixar passar em branco esta data, reafirmando o valor e a importância do deputado Paulo Jackson para esta Casa, para a política do nosso Estado e, em especial, para o povo baiano.

A Sr^a. Fátima Nunes:- Um aparte, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Com o aparte a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a. Fátima Nunes:- Deputado Bira Coroa, quero parabenizá-lo por lembrar desse grande líder. O saudoso deputado Paulo Jackson. Com muita emoção eu posso lembrar dele. E sei que no dia de hoje todo petista lembra de sua ousadia e determinação. Nos tempos muito mais duros do que esse de hoje ele já estava nas ruas, no sindicalismo, nos movimentos sociais, apontando que era possível fazer um Brasil decente, diferente, onde homens e mulheres tivessem a oportunidade de viver bem e feliz.

Lembro-me de muitas audiências, encontros do Partido dos Trabalhadores, em alguns lugares ainda iniciando, ainda com muito medo, mas ele estava lá presente, dizendo que um dia a ousadia do trabalhador e da trabalhadora iria vencer o medo. E, de fato, isso aconteceu com a eleição do presidente Lula, que hoje – parece até combinado – está aqui, na Bahia, recebendo o Título de Doutor das Grandes e Nobres Causas.

Então, queria lembrar disso com saudades, com muita solidariedade à sua família, e dizer que, realmente, nós, petistas, as sociedades baiana e brasileira receberam muito de sua contribuição. E, com certeza, ele sempre brilhará no céu, porque sou da Igreja Católica e acredito na ressurreição, e brilhará também em nossas vidas com seu exemplo, com sua batalha, com seu nome limpo e honrado na defesa da cidadania, da democracia e da participação popular.

Muito obrigada.

O Sr. BIRA CORÔA:- Agradecemos e incorporamos o seu aparte, deputada Fátima Nunes, e reafirmamos...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Com o aparte o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Bira, quero solidarizar-me com o seu pronunciamento pela homenagem que faz ao falecido e saudoso deputado Paulo Jackson. Apesar de não ter tido uma convivência próxima com ele, o conheci através das notícias da imprensa e pude comprovar, na realidade, que a imprensa noticiava verdadeiramente o que era a correção e a forma de trabalhar do falecido deputado Paulo Jackson.

Portanto, quero solidarizar-me com o seu pronunciamento, e também me solidarizar com a família do saudoso deputado Paulo Jackson.

Muito obrigado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Agradecemos, deputado, e incorporamos o seu aparte.

E quero dizer o quanto foi significativo que Paulo Jackson, apesar de ser um dos parlamentares mais duros e que fez um dos maiores enfrentamentos nesta Casa, conseguiu ter o respeito e o reconhecimento de todos os seus pares desta Casa, dos que conviveram com ele na condição de parlamentar e dos que chegaram pós-Paulo Jackson, sem dúvida alguma.

O Sr. Gika:- Um aparte, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Um aparte do deputado Gika.

O Sr. Gika:- Bira, quero parabenizá-lo por estar lembrando desse grande deputado, que eu não conheci por ser novo na política, mas ouvi falar muito sobre ele.

Então, V.Ex^a hoje está de parabéns, e Deus coloque ele em um bom lugar, porque gente sabemos que ele fez várias ações boas para esse povo, para a Bahia, até pelo PT, porque ele era um petista. Então, só tenho a dizer a V.Ex^a que está de parabéns por estar lembrando do grande cidadão que foi aqui, nesta Casa, o grande Paulo Jackson.

O Sr. BIRA CORÔA:- Incorporo também o seu aparte, deputado Gika.

E reafirmo que é com muita satisfação que lembramos mais uma data importante para o cenário político e social do nosso Estado. E, sem dúvida alguma, uma data lembrada e celebrada por todos nós petistas na Bahia e no Brasil.

Sei que esta data também é celebrada com saudades e pesar pelos seus familiares e por todos os servidores desta Casa. Porque, um aspecto importante, Paulo Jackson, apesar de sua dureza, disposição e firmeza nos seus enfrentamentos, foi uma pessoa que conseguiu conquistar a todos e a todas. Não há um servidor desta Casa, um parlamentar que conviveu com Paulo Jackson nesta Casa que não lhe atribua as melhores referências, pelo seu valor ético, seu comportamento, sua ação parlamentar, principalmente pelo respeito que sempre teve ao cidadão e cidadã. Então, sem dúvida, fico muito satisfeito em poder estar reafirmando a presença de Paulo Jackson sempre neste Plenário e nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, no tempo que me resta, quero apenas convocar, ou chamar ou convidar, todos e todas – e em especial os parlamentares dessa Casa – para que juntos possamos, no dia 21, quinta feira, a partir das 9h30min, celebrar, em uma audiência pública que será realizada no auditório do anexo desta Casa, os 5 anos da Unilab no Brasil, e 1 ano da Unilab em São Francisco do Conde, na Bahia.

A Unilab é a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Brasileira, sediada em São Francisco do Conde, e que traz para a região do Recôncavo um dos grandes avanços, como marco em um processo de uma universidade federal que tem a integração com nove países em quatro continentes. Então, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, é um elo de ligação pelo saber, pelo fazer que vai além das fronteiras do nosso Estado e do Município de São Francisco do Conde, pelo papel e

pela importância que a Unilab traz para todos nós, interligando, acima de tudo, a África e o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Hildécio Meireles:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, V.Ex^a havia pedido a mim o tempo. Ainda deseja? O tempo é seu.

Então, vou pedir ao deputado Bira Corôa...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Peço ao nobre colega Bira, ou à nobre colega Fátima Nunes, que assuma a presidência.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Aderbal Fulco Caldas, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, a lembrança, meu caro deputado Bira, do falecido deputado Paulo Jackson traz uma profunda saudade.

Paulo Jackson foi um exemplo a ser seguido. Ele não era apenas um petista, ele era um nacionalista. Um homem íntegro, de compostura, de conduta ilibada, e um batalhador incansável. Por sinal, morreu no campo da luta, quando viajava desta capital para o interior para visitar as suas bases e fiscalizar o que de errado pudesse haver no Estado da Bahia para denunciar, como o fazia aqui com muita disposição, com muita bravura, porque parece que Deus o poupou do sentimento do medo. Ele, apesar de ser um homem respeitador, delicado e de fino trato, era um bravo.

Portanto, hoje, que faz 15 anos do seu passamento, é um dia em que a sua imortalidade alvorece entre nós, porque jamais será esquecido o nosso saudoso Paulo Jackson.

Mas, Sr^a Presidenta, ontem, em visita à Cidade de Jaguaquara, que tenho a honra de representar neste Parlamento, na Bahia – lá, obtive, aproximadamente, 9 mil votos – participei da inauguração de um ginásio de esportes, uma obra muito bonita e muito desejada pela população, sobretudo pelos jovens. Era um equipamento que faltava naquela cidade, porque esporte e lazer significam saúde e educação. Sem educação todo progresso é falso. Então, quando abrimos uma escola, um espaço esportivo, estamos tirando a juventude dos vícios.

Por isso parablenizo a população da cidade pela inauguração daquele

equipamento tão valioso. Senti que houve uma alegria incontida na população, sobretudo, na juventude daquele município tão próspero e hospitaleiro que é Jaguaquara.

Peço licença a V.Ex^a para ler uma moção de congratulações que apresentamos pelo aniversário da cidade, que ontem completou 94 anos de emancipação.

(Lê) *“O Deputado infra-assinado requer, após tramitação regimental, sejam consignados VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política e administrativa do município de JAGUAQUARA, ocorrido no dia 18 de maio do corrente.*

Em 1912, foi iniciada a construção das primeiras casas que formariam o povoado Toca da Onça, cujo território fazia parte do município de Areia, atual Ubaira. Em 1913, após enfrentar árduas lutas políticas, Guilherme Silva conseguiu a passagem da Estrada de Ferro de Nazaré, pela sede do povoado, impedindo que a estação fosse construída no povoado da Casca.

A Lei 174, de 5 de Outubro de 1915, mudou a denominação do então povoado Toca da Onça para Jaguaquara, que tem o mesmo significado na língua tupi. Em 16 de Maio de 1916, foi criado o distrito de Jaguaquara, pelo Decreto 1 540. Através da Lei Estadual 1 472, de 18 de Maio de 1921, Jaguaquara foi elevada à categoria de vila e município sendo, conseqüentemente, seu território desmembrado do município de Areia. O Decreto 1 560, de 17 de Julho de 1922, criou o termo judicial Jaguaquara e, em 7 de Setembro de 1922, tomou posse o primeiro juiz do município. A sede do município, então Vila de Jaguaquara, foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual 1 673, de 30 de agosto de 1923.

A cidade está situada na região sudoeste do estado, localizada a 315 Km da capital com uma população de 55.127 (IBGE - 2014) habitantes.

O município tem uma diversidade produtiva no que se refere a agricultura, destacando-se o cacau, café, cana-de-açúcar, maracujá, melancia, limão, abacate, tomate, laranja, repolho e cenoura entre outros produtos, ocupando o 2º lugar no Estado em hortifrutigranjeiros em geral. O mercado produtor de Jaguaquara tem destaque pela sua importância para a economia local e regional.

Tem destaque também a pecuária que é bastante diversificada, com rebanhos de excelente qualidade, principalmente a pecuária e leiteira, não esquecendo a excelência dos rebanhos de equinos e muares. Além da produção agrícola já desponta a exploração mineral da BAUXITA que já contribui com o progresso da região.

Comércio sólido e diversificado que absorve grande parte da mão de obra local e devido sua localização estratégica, na região sudoeste do estado, centraliza boa parte do comércio regional.

Jaguaquara é dona de rico e diversificado artesanato e de uma culinária diversificada que produz belíssimos pratos associando os excitantes sabores de frutas exóticas ali produzidas. Com clima agradabilíssimo é certamente um lugar

propício à implantação de projetos ligados ao ecoturismo.

Os festejos juninos, em particular o São João é a tradicional festa da cidade, sendo talvez o acontecimento mais importante do município, que exprime a mais autêntica demonstração de rico folclore brasileiro.”

“No ensejo em que a próspera cidade comemora mais um aniversário de emancipação política, representada na data de hoje, este parlamentar se irmana com a alegria dos munícipes e sente-se no dever de manifestar publicamente suas congratulações pela efeméride e com sua valorosa gente, cujo traço marcante é o acendrado amor a terra e ao trabalho.

Dê-se conhecimento desta Moção de Congratulações à comunidade local, por intermédio do senhor Chefe do Executivo, Sr. Giuliano Andrade Martinelli, ao Presidente da Câmara de Vereadores e seus ilustres pares e aos ilustres filhos da terra e líderes políticos que trabalham incansavelmente pelo município.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2015”

Assim, senhores e senhoras, foi comemorado ontem o aniversário daquela cidade próspera e hospitaleira que contribui consideravelmente com o progresso da nossa querida Bahia, por ser habitada por um povo ordeiro, muito trabalhador e que se destaca na agricultura, na agropecuária, sobretudo nos produtos de toda a natureza, ficando em segundo lugar na Bahia em hortifrutigranjeiros.

Transmito aqui o meu abraço a toda aquela população, os meus parabéns e rogando a Deus Todo-Poderoso que continue iluminando e protegendo aquela terra e aquele povo.

Esses são os meus votos. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Devolvo a Presidência ao deputado Aderbal Fulco Caldas.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem da deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Aderbal, hoje foi um dia muito importante, tivemos reunião com a Presidência e também nas comissões. Agora à tarde, tivemos um ato muito importante do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, através do seu presidente Clérison Cavalcante de Macedo, a sessão solene do Conselho Superior, com entrega da Medalha de Honra ao Mérito ao nosso grande ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

De modo que temos uma sessão em que precisamos convocar neste momento os deputados e deputadas que, naturalmente, estão chegando para registrar as suas presenças e darmos assim continuidade à sessão. Os deputados Alan e Adolfo Menezes estão chegando.

Estou fazendo as minhas considerações, porque, naturalmente, temos...

O deputado Adolfo Menezes assumiu a Presidência, vou suspender a minha questão de ordem e aguardar o próximo momento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Há um projeto por acordo, deputada Fátima, assinado pelo Líderes Zé Neto e Sandro Régis, é só pró-forma.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Ordem do Dia.

Há sobre a Mesa um requerimento com os seguintes termos: “Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm, na forma regimental, requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o projeto de lei nº 21.266/2015, de autoria do deputado Adolfo Menezes, que atualiza na forma da lei nº 12.057/2011 os limites do município de Quijingue com os municípios de Euclides da Cunha e Cansanção.

Sala das Sessões...”

Está assinado aqui pelos prefeitos e acordado... (Vários senhores deputados falam ao lado do presidente, fora do microfone.)

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Só 1 minuto, deputada.

A sessão está suspensa por 10 minutos, deputada Fátima, até chegarmos a um acordo.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuação da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Visivelmente, há apenas cinco deputados no Plenário, não temos quórum. Antes de encerrar a sessão, aviso aos Srs. Deputados que amanhã teremos votação por acordo dos Líderes.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*